

## **Migração e inserção socioeconômica nos municípios brasileiros – 2000/2010**

Migration and socioeconomic insertion in Brazilian municipalities

**Luís Abel da Silva Filho<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

A dinâmica migratória brasileira das últimas décadas tem apresentado aspectos determinantes da inserção socioeconômica dos migrantes nos locais de destino. A condição de habitação, a formação do capital humano e o mercado de trabalho são fatores relevantes para analisar a inserção dos migrantes nos municípios brasileiros. Assim, este artigo busca analisar o acesso a serviços de infraestrutura domiciliar, a condição do capital humano e o acesso ao mercado de trabalho observando a condição de migração nos municípios do país. A base de dados e o recorte temporal são os Censos Demográficos e compreende os anos de 2000 e de 2010. O método empírico tem suporte em modelos de regressão logística binária. Os resultados mostram que, na dimensão de infraestrutura domiciliar, os migrantes têm menos chances de residirem em domicílios atendidos por serviços de energia, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do que um responsável pelo domicílio não migrante. Já na dimensão capital humano, os migrantes têm mais chances de serem alfabetizados e de terem segundo grau completo ou ensino superior completo quando comparados à categoria de referência. Porém, os migrantes têm menos chances de estarem ocupados ou de serem contribuintes de instituto oficial de previdência do que um não migrante, apesar de terem mais chances de estarem desenvolvendo suas atividades laborais em setores da indústria, comércio ou serviços do que a categoria de referência.

**Palavras-chave:** Migrações municipais; Infraestrutura domiciliar; Mercado de trabalho; Capital humano

### **ABSTRACT**

The Brazilian migratory dynamics of the last decades has presented determinant aspects of the socioeconomic insertion of migrants in the destination places. The housing condition, the formation of human capital and the labor market are relevant factors to analyze the insertion of migrants in Brazilian municipalities. Thus, this chapter seeks to analyze access to home infrastructure services, the condition of human capital and access to the labor market, observing the condition of migration in the country's municipalities. The empirical method is supported by binary logistic regression models. The results show that, in the dimension of household infrastructure, migrants are less likely to live in households served by energy services, water supply, sanitation and garbage collection than those responsible for the non-migrant household. In the human capital dimension, migrants are more likely to be literate and to have completed high school or higher education when compared to the reference category. However, migrants are less likely to be employed or to be contributors to an official social security institute than a non-migrant, although they are more likely to be carrying out their work activities in sectors of industry, commerce or services than the reference category.

**Keywords:** Municipal migrations; Home infrastructure; Labor market; Human capital

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - abeleconomia@hotmail.com

JEL: J0, J15, J61

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Questões relacionadas à mobilidade populacional são abordadas pelas várias dimensões que orientam a movimentação de pessoas no território. Os modelos histórico-estruturais postulam que a geografia econômica constitui um dos principais determinantes da migração no mundo (GAUDEMAR, 1977; SINGER, 1980). Por sua vez, a abordagem neoclássica aponta os fatores psicológicos e subjetivos de naturezas individuais como os principais determinantes da dinâmica populacional (HARRIS; TODARO, 1980; SJAASTAD, 1980; BORJAS, 1996). Seja qual for a corrente de pensamento, em todas elas a busca por oportunidade de trabalho e acesso a serviços básicos têm relevante papel na mobilidade populacional.

Nessa interpretação da dinâmica populacional, fatores de natureza conjuntural são importantes determinantes da migração em todo o mundo e devem ser ponderados no tempo e no espaço (GOLGHER, 2006; MYRDAL, 1956). Ao longo de décadas de análises, observam-se que os mais diversos motivos têm influenciado a dinâmica migratória. Infraestrutura, mercado de trabalho e possibilidades de formação profissional são importantes fatores a serem abordados como determinantes socioeconômicos da mobilidade de pessoas, sobretudo na conjuntura recente. Assim, não somente o mercado de trabalho atua como determinante da dinâmica migratória, uma vez que os motivos são os mais diversos e subjetivos em um contexto de amplas possibilidades esperadas pelos migrantes ao tomar a decisão de migrar (PACHECO; PATARRA, 1997).

Com o avanço na redução das desigualdades (GAMA; MACHADO, 2014), sobretudo da desigualdade de oportunidade (DILL; GONÇALVES, 2012; CAVALCANTI; RAMOS, 2015), e no maior acesso ao mercado de trabalho, outras questões relacionam-se à decisão de migração, sobretudo em países em desenvolvimento. Nos processos migratórios brasileiros, em nível municipal, vários outros fatores estão relacionados ao movimento de pessoas que explicam as transformações demográficas pelos determinantes dos movimentos populacionais visualizados desde os anos de 1980 (MATOS, 2002; BRITO, 2006). Conforme Vasconcellos e Rigotti (2005) e Lima e Braga (2013), a mobilidade intermunicipal e a migração de curta distância são fenômenos registrados nos censos de 1991 e de 2000 com elevada intensidade. Por essa ótica, a migração intermunicipal pode resultar de oportunidades socioeconômicas, associadas tanto ao mercado de trabalho como a outros fatores.

Nos Censos de 1991 e de 2000, os registros mostram que os fluxos migratórios de curta distância predominam (VASCONCELLOS; RIGOTTI, 2005). A busca por melhores oportunidades socioeconômicas, como melhores escolas para os filhos e possibilidade de realização de um curso universitário, vem se tornando frequente na decisão de migração familiar. Essas questões são relativamente recentes no perfil das migrações brasileiras e refletem novas motivações para os fluxos de pessoas, já que, por muitas décadas, o principal determinante das migrações brasileiras foi o mercado de trabalho com predomínio das migrações de longa distância (PACHECO; PATARRA, 1997).

Questões de natureza estrutural também têm relevante impacto na dinâmica migratória. Desde os anos de 1960 até os anos de 1980, o êxodo rural foi acentuadamente elevado no país, sendo esse o período de maior intensidade (MARTINE; CAMARGO, 1984; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; LIMA *et al.*, 2011). O movimento do campo para a cidade ocorreu, sobretudo em busca de melhores condições de residência, apesar de o processo de industrialização ter inquestionável relevância (MARTINE, 1990; FREGUGLIA, 2007). A busca pela educação formal dos filhos e questões relacionadas ao saneamento básico foram essenciais à explicação dos fluxos de curta distância de pessoas ao largo do território nacional.

A condição de inserção nos locais de destinos deve ser considerada em toda análise de fluxos migratórios (DILL; GONÇALVES, 2012; CAVALCANTI; RAMOS, 2015). As oportunidades de acesso a serviços básicos de moradia, saneamento e educação têm sido acentuadamente díspares entre as regiões brasileiras ao longo de sua história. É possível que os migrantes tenham menores chances de acesso, comparativamente aos não migrantes, a residirem em domicílios com oferta de serviços básicos de infraestrutura habitacional, condição educacional e de acesso ao mercado de trabalho.

Estas questões socioeconômicas se relacionam com a dinâmica migratória intermunicipal brasileira. Assim, busca-se analisar o acesso a serviços de infraestrutura domiciliar, a condição do capital humano e o acesso ao mercado de trabalho observando a condição de migração nos municípios do país. Procura-se abordar a inserção socioeconômica dos migrantes nos locais de destino, a partir das informações contidas nas variáveis de infraestrutura domiciliar, capital humano e mercado de trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se assim estruturado: além destas considerações iniciais, a segunda seção apresenta uma revisão da literatura acerca da dinâmica migratória e da inserção socioeconômica; na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados; na quarta seção, se discute a questão da desigualdade de acesso a serviços básicos, a partir dos pressupostos clássicos da teoria econômica; na quinta seção, apresentam-se os resultados do modelo de regressão logística binária; por último, na sexta seção, tecem-se as considerações finais.

## **2. DINÂMICA MIGRATÓRIA E INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

O pressuposto básico tomado para a análise é o de que o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica demográfica populacional brasileira foram marcados por desníveis acentuados em sua consolidação. Concentração econômica regional; indicadores de condições habitacionais díspares; elevada desigualdade no mercado de trabalho; disparidades relevantes no capital humano nacional; taxas de desemprego significativamente elevada e com substanciais diferenças entre as regiões; condições de atividades diferentes entre a população economicamente ativa nacional; diferenciais de rendimentos substancialmente elevados entre os ocupados na diferentes regiões do país, dentre outras questões, marcaram o movimento populacional em busca de condições socioeconômicas melhores em regiões economicamente mais dinâmicas (SJAASTADE, 1980;

LEE, 1980; MARTINE, 1990; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; PACHECO, 1998; GUIMARÃES NETO, 1997; DINIZ, 2001; ARAUJO, 2000; BRITO, 2006).

O contexto socioeconômico do país foi indutor da dinâmica migratória, sobretudo em anos de baixo crescimento econômico e com forte incidência de volatilidade climática em regiões de economias agrárias, o que ocasionava a necessidade de migrar como uma estratégia de superação aos desafios impostos pelas condições locais. As diferenças regionais e a busca por oportunidades de trabalho, diante de um quadro de baixo crescimento econômico e reduzida disponibilidade de mão de obra em algumas regiões, motivaram um movimento migratório em busca de inserção ocupacional, em um contexto de limitadas possibilidades de trabalho nas regiões de origem (SJAASTADE, 1980; LEE, 1980; MARTINE, 1990).

A dinâmica socioeconômica regional foi a primeira característica observada como fator de atração de migrantes nos clássicos estudos de Sjaastade (1980), Lee (1980) e Martine (1987). A renda esperada na região de destino substancialmente superior à renda auferida na região de origem constitui fator significativo no processo de expulsão e atração de mão de obra. Mesmo sabendo que fatores implícitos à decisão de migrar têm fortes impactos, o desejo pessoal de melhorar as condições socioeconômicas é determinante na decisão final (migrar ou não migrar).

Nesse sentido, a mobilidade espacial da população está intrinsecamente relacionada à mobilidade social. Sair da origem para outro destino é a busca por melhores condições de trabalho, com o qual se espera que haja maiores possibilidades de mobilidade social. Considerando-se estudos de Maia e Quadros (2010) e Maia (2013) é possível observar que a mobilidade social pelo trabalho configurou importante condição de melhoria social na economia brasileira nos anos 2000. Ademais, estudos recentes convergem à lógica que se configurou sobremaneira nos modelos teóricos sobre migrações por muitos anos, firmando que a mobilidade social do migrante acontece pelo trabalho (LIMA; VALE, 2001; SANTOS JUNIOR, 2002).

A abordagem histórico-estrutural propõe que a decisão de migrar parte do desejo por melhores condições de remuneração e de trabalho ofertados no local de destino em relação ao local de origem. Todaro (1980) considerou que a decisão de migrar é uma decisão pautada em fatores de natureza econômica e está diretamente influenciada pelas possibilidades de melhores condições de inserção socioeconômicas dos indivíduos. Partindo deste princípio, as características individuais observáveis (raça/cor, sexo, escolaridade, dentre outras) e não observáveis (determinação, motivação, espírito empreendedor, dentre outras) analisadas na decisão de migração só ganham destaque em estudos empíricos mais atuais. Mas a possibilidade de ascensão social do indivíduo é o que mais explica a decisão da migração.

Ao longo dos anos, o movimento migratório foi sobremaneira elevado, com destinos os mais diversos entre as regiões do país, porém, com focos específicos em regiões onde o desenvolvimento econômico apresentava-se potencialmente elevado. O Sudeste brasileiro foi, por muitas décadas, tanto em termos absolutos quanto relativos, a região de maior atratividade de migrantes intra-regionais e inter-regionais. Contrariamente, o Nordeste apresentou movimento de expulsão significativo nos últimos cinquenta anos do século XX

(NETTO JUNIOR *et al.*, 2008), mas com mudanças acentuadas registradas nos últimos anos (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005; QUEIROZ; BAENINGER, 2013).

O baixo dinamismo econômico de algumas regiões mostra-se como fator acentuadamente elevado para explicar os processos migratórios (SINGER, 1980; TAYLOR, 1999; BORJAS, 1996; PACHECO & PATARRA, 1997). A dinâmica da população é orientada pela dinâmica econômica, sendo este o principal fator de atração de migrantes no Brasil e no mundo (salvo os poucos países em que as migrações são motivadas pelas guerras, catástrofes climáticas, perseguições religiosas, dentre outras), mesmo compreendendo-se que a decisão é individual (SINGER, 1980; SAWYER, 1984; CANÇADO, 1999; MATA *et al.*, 2007; CAMBOTA & PONTES, 2012; FREGUGLIA & MENEZES FILHO, 2012).

No Brasil, a dinâmica migratória que se dá pelo trabalho foi analisada pelos estudos acima citados, sendo relevante analisar como se deu a inserção dos indivíduos migrantes na vida urbana, destacando-se as condições de moradia e inserção na vida urbana, a partir de atributos socioeconômicos destes indivíduos. Destarte, a intenção é observar as diferenças socioeconômicas e o perfil dos migrantes, bem como sua inserção socioeconômica nos municípios brasileiros, já que a divergência social e econômica do país é sobremaneira elevada.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, dados de natureza individual são analisados por meio de regressão logística, com o intuito de analisar as chances de acesso de migrantes e não migrantes a serviços básicos habitacionais, de mercado de trabalho e de capital humano, considerando variáveis de domicílios e de pessoas. Busca-se analisar o acesso a serviços de infraestrutura domiciliar, a condição do capital humano e o acesso ao mercado de trabalho observando a condição de migração nos municípios do país. A amostra é composta por 3.704.005 chefes de domicílios no ano 2000; e, 1.054.208 chefes de domicílios em 2010. Destaque-se que só compõem a amostra aqueles que responderam a todas as perguntas referentes as variáveis aqui utilizadas. A hipótese deste estudo é a de que os migrantes intermunicipais inserem-se de forma mais precária que os nativos nos municípios brasileiros.

O método analítico utilizado foi a regressão logística binária em três dimensões, a saber: infraestrutura domiciliar, capital humano e mercado de trabalho. O objetivo é observar as chances de inserção e estado dos migrantes no que concerne às condições de habitação, nível de capital humano e mercado de trabalho nos municípios brasileiros.

Como instrumental empírico, recorre-se ao modelo de regressão logística binária pelo Método de estimação de Modelos Lineares Generalizados – MLG (GLM). A partir disso, usam-se as regressões com as variáveis, que se seguem: *i*) serviços básicos de infraestrutura domiciliar: serviço de abastecimento de água no domicílio, tipo de coleta de lixo, serviço de esgotamento sanitário, atendimento e tipo de abastecimento de energia elétrica, explicada pelas características socioeconômicas dos responsáveis pelos domicílios dos municípios brasileiros; *ii*) capital humano: responsáveis pelos domicílios que se declararam alfabetizados, com segundo grau completo e com ensino superior completo; *iii*) mercado de trabalho: responsáveis pelos domicílios que se declararam ocupados na semana de

referência da pesquisa; declarados ocupados nos setores de Indústria, Comércio e Serviços – (ICS); responsáveis pelos domicílios que se declararam contribuintes de instituto de previdência oficial no trabalho principal ou em outro trabalho; *iv*) pobreza no trabalho – pessoas ocupadas que auferiam rendimentos inferior a ¼ de salário mínimo; *v*) a variável é formada a partir de uma binária para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste.

O modelo logístico usado quando a variável dependente é binária e assume dois valores possíveis, a saber:

$$Y_i = 1 \rightarrow P(Y_i = 1) = \pi_i \quad (1)$$

$$Y_i = 0 \rightarrow P(Y_i = 0) = 1 - \pi_i \quad (2)$$

Assim, as probabilidades de sucesso e de fracasso são dadas a partir dos resultados possíveis atribuídos a cada uma das variáveis respostas.

O modelo adotado baseia-se na função de probabilidade logística acumulada e pode ser reescrito da seguinte forma:

$$P_i = \left( \frac{1}{1 + e^{-\left(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki}\right)}} \right) \quad (3)$$

Em que  $p_i$  é a probabilidade do  $i$  – étimo indivíduo estar na condição de sucesso e  $x_{hi}$  com  $h=1, \dots, k$  sendo as  $k$  variáveis observáveis do modelo. Em processo de transformação para se obterem os valores em *log-linear*, a equação expressa no modelo (3) pode assumir a forma que segue:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1-P_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (4)$$

A variável dependente da equação (4) é o logaritmo natural da razão de chances de sucesso e a probabilidade de não ter sucesso (*log do odds*, ou *logit*), expressando quantas vezes a chance de ter sucesso é maior do que as chances de não o ter. O coeficiente  $\beta$  expressa a variação no *logit* para uma variação unitária no regressor  $X$  de interesse, mantendo-se constantes as demais variáveis do modelo. Para obter a relação direta entre a variação unitária de  $X_h$  e a variação do *odds ratio* (razão entre as chances de ter sucesso para duas categorias de  $X$ ) calcula-se o *antilogaritmo* de  $X_h$ , ou seja,  $e^{\beta h}$ .

Foram utilizadas como determinantes estruturais do *logit* variáveis socioeconômicas e demográficas já referenciadas aqui, para analisar o acesso e a situação de migrantes e não migrantes em três dimensões de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, a saber: infraestrutura domiciliar, capital humano e mercado de trabalho.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA NO BRASIL: COMPARATIVO ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES

No que concerne às condições individuais de acesso a serviços básicos, as diferenças entre migrantes e não migrantes intermunicipais brasileiros são consideráveis, analisando-se pelas características individuais dos responsáveis pelos domicílios. As diferenças dentro das regiões acentuam-se por essas características individuais, bem como as de localização dentro da própria região geográfica.

A Tabela 1 mostra os dados referentes aos percentuais de responsáveis pelos domicílios que responderam estar na situação referente a cada uma das variáveis aqui analisadas. Pelos dados, é possível perceber que há diferenças, em maiores ou menores dimensões, no que concerne ao acesso para os migrantes e os não migrantes em todas as variáveis, mesmo sendo elas de poucos pontos percentuais.

Tabela 1: Valores médios segundo condição de migração (apenas responsáveis dos domicílios) - 2000/2010

Variáveis	2000		2010	
	Não Migrante	Migrante	Não Migrante	Migrante
Infraestrutura domiciliar				
Água	0,64	0,62	0,72	0,71
Esgoto	0,99	0,98	0,97	0,96
Lixo	0,63	0,65	0,76	0,78
Energia	0,79	0,81	0,88	0,90
Capital Humano				
Alfabetizado	0,81	0,85	0,87	0,91
Segundo grau	0,16	0,19	0,19	0,23
Superior	0,05	0,05	0,07	0,11
Mercado de trabalho				
Ocupado	0,93	0,92	0,96	0,95
Previdência	0,22	0,17	0,25	0,21
Indústria, Comércio e Serviços	0,44	0,46	0,33	0,35
Pobretrab	0,07	0,05	0,08	0,05
Regiões				
Norte	0,08	0,11	0,08	0,11
Nordeste	0,32	0,26	0,30	0,26
Sudeste	0,32	0,29	0,35	0,32
Sul	0,19	0,19	0,18	0,16
Centro – oeste	0,08	0,14	0,09	0,14

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010).

No que se refere ao acesso aos domicílios com oferta de serviço de água canalizada, a participação de migrantes e de não migrantes atendidos por serviços dessa natureza é relativamente baixa em ambos os anos. No ano 2000, a participação dos dois grupos era

entre 60% e 65% atendidos por este tipo de serviço, sendo relativamente maior a participação dos não migrantes. No último ano, as diferenças se reduzem mais ainda e elevam-se, também, a participação de domicílios atendidos pelos serviços de abastecimento de água para migrantes e não migrantes, apesar de haver ainda aproximadamente 30% dos domicílios do país sem água canalizada.

Por um lado, em relação à escolaridade, nas três categorias de análise, os responsáveis pelos domicílios migrantes têm maior escolaridade tanto no ano 2000 quanto no de 2010. Ou seja, a situação de educação formal, sobretudo ensino superior, é melhor para os migrantes, o que ratifica outras pesquisas realizadas no país (MACIEL; HERMETO, 2011; GAMA; MACHADO, 2014). Ademais, a diferença na escolaridade entre os grupos aumenta no ano de 2010 comparativamente ao de 2000. Ou seja, no primeiro ano, enquanto 81% dos responsáveis pelos domicílios não migrantes disseram serem alfabetizados, os migrantes eram 85% na mesma situação. No ano de 2010, essa diferença de quatro pontos percentuais permaneceu, apesar da elevação na participação de alfabetizados. Ou seja, 91% dos responsáveis pelos domicílios migrantes responderam ser alfabetizados, contra 87% dos não migrantes.

No que concerne às diferenças entre os grupos em relação ao ensino médio e superior completos, o *gap* aumenta em favor dos migrantes. Além dos responsáveis pelos domicílios migrantes serem mais escolarizados comparativamente aos não migrantes, essa diferença se eleva no ano de 2010 em relação a 2000. No último ano, 11% dos responsáveis pelos domicílios migrantes responderam ter curso superior completo, enquanto somente 7% dos não migrantes estavam na mesma situação educacional. Essa diferença de quatro pontos percentuais pode estar relacionada à hipótese de maior investimento em migração, tais como formação escolar de nível superior, bem como aquisição de experiência profissional, instituído por parcela da população que decide migrar no país (MACIEL; HERMETO, 2011).

Por outro lado, já no que se refere às variáveis de mercado de trabalho, a taxa de ocupação era semelhante entre migrantes e não migrantes em ambos os anos, com elevação no percentual de ocupação para ambos e mantendo-se a mesma diferença: assim, a proporção de responsáveis pelos domicílios não migrantes ocupados era apenas um ponto percentual maior do que os migrantes em ambos os anos. Outrossim, no que se refere à previdência social, indicativo de formalidade no mercado de trabalho, no ano 2000, 22% dos responsáveis pelos domicílios não migrantes ocupados eram contribuintes de instituto oficial de previdência social, comparativamente a 17% dos migrantes. No ano de 2010, o *gap* se reduz, mas a maior formalidade no mercado de trabalho era em favor dos não migrantes. Com isso, apesar de mais escolarizados, enfrentavam maiores taxas de desocupação e informalidade. Esses resultados por estar relacionado à maior discriminação no mercado de trabalho para os migrantes, haja vista que os mesmo estão sujeitos a relações de trabalho mais informais e temporárias, diante da maior necessidade de permanência nos locais de destino (SILVA FILHO, 2017).

De outra forma, a pobreza no trabalho era maior entre os não migrantes do que entre os migrantes em ambos os anos. No ano 2000, 7% dos responsáveis pelos domicílios não migrantes declararam-se pobres no trabalho, ou seja, auferia rendimentos do trabalho

inferior a 1/4 de salário mínimo, comparativamente a 5% dos migrantes. Em 2010, a pobreza no trabalho se reduz para ambos. Assim, a pobreza no trabalho ainda atingiu 8% dos responsáveis pelos domicílios não migrantes e 5% dos migrantes no mesmo ano. Os dados mostram que a diferença se mantém, apesar da redução na participação relativa, e a proporção de migrantes declarados pobres no trabalho era 3 pontos percentuais menor que a de não migrantes, enquanto no primeiro ano a diferença era de dois pontos percentuais.

Ademais, há concentração relativa de migrantes nas regiões Nordeste e Sudeste, e essa participação mantém-se em ambos os anos. No primeiro ano em análise, 29% dos migrantes chefes de domicílios residiam no Sudeste e 26% no Nordeste brasileiro. Em 2010, eleva-se para 32% a participação de chefes de domicílios migrantes residindo no Sudeste e permanece em 26% a participação dos que residiam no Nordeste do país.

Pelos dados da Tabela acima, é possível perceber que as diferenças existentes entre não migrantes e migrantes são observadas na maioria das variáveis selecionadas para o estudo. Apesar de essas diferenças serem favoráveis, em sua maioria, aos não migrantes, os migrantes conseguem ser mais escolarizados, e menos pobres no trabalho, embora sejam maioria na informalidade e na desocupação. A maior escolarização pode ocorrer pela percepção de que o investimento em migração é essencial a aquisição de melhores postos de trabalho os locais de destino, o que muitas vezes não acontece, dado que a discriminação no mercado de trabalho é maior para os migrantes intermunicipais. Ademais, têm menos acesso a serviços básicos de infraestrutura habitacional, comparativamente aos não migrantes. Essas diferenças persistem ao longo dos anos, apesar de terem sofrido uma redução.

## 5. CONDICIONANTES INDIVIDUAIS DE ACESSO

Os resultados da regressão logística binária ajudam a avaliar os efeitos do acesso aos serviços de infraestrutura domiciliar, capital humano e mercado de trabalho, sendo o cerne os migrantes que se declararam responsáveis pelos domicílios nos censos demográficos dos anos 2000 e 2010. Procura-se abordar a condição de acesso a serviços como determinantes de desenvolvimento socioeconômico e suas possíveis relações com a migração no Brasil. São distribuídos em três subseções de acordo com cada uma das dimensões em análises.

### 5.1 – Dimensão de acesso a serviços de infraestrutura domiciliar básica

Os resultados observados a partir dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico municipal evidenciam uma redução das assimetrias na distribuição do desenvolvimento socioeconômico brasileiro de 2000 para 2010, considerando-se os serviços de infraestrutura básica domiciliar municipal. Porém, o acesso à igualdade de oportunidade não é universal no território nacional e ainda há diferenças entre os que têm e os que não têm acesso a tais serviços, considerando-se uma série de características individuais.

Assim, pelos resultados apresentados na Tabela 2, é possível perceber que as chances de residirem em um domicílio atendido pelo serviço de energia são menores para os

responsáveis pelos domicílios que se declararam migrantes, tanto em 2000 como em 2010. Em ambos os anos, o sinal do coeficiente foi negativo. Ou seja, pelo *odds ratio* é possível afirmar que a chance de um migrante residir em um domicílio com serviço de energia elétrica era aproximadamente 70% menor que a de um não migrante em 2000 e 39% menor em 2010. Como se pode observar, há redução das diferenças em favor dos migrantes, mas o acesso a tal oportunidade continua sendo menor nos domicílios em que os responsáveis são migrantes, apesar de haver se reduzido substancialmente o valor assumido pelo coeficiente e as diferenças entre as razões de chances terem se reduzido em 2010.

Tabela 2: Regressão Logística Binária para serviços de infraestrutura domiciliar nos municípios brasileiros - 2000/2010

Energia	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	4.211	< 2e-16 ***	-	2.436	< 2e-16 ***	-
Migrante	-1.140	< 2e-16 ***	0.320	-0.493	< 2e-16 ***	0.611
Masculino	0.076	1.28e-05 ***	1.079	-0.573	< 2e-16 ***	0.564
Branco	0.337	< 2e-16 ***	1.401	0.476	< 2e-16 ***	1.609
Urbano	0.710	< 2e-16 ***	2.034	1.650	< 2e-16 ***	5.207
Alfabetizado	0.328	< 2e-16 ***	1.389	0.548	< 2e-16 ***	1.730
Segundo grau	0.271	< 2e-16 ***	1.311	0.690	< 2e-16 ***	1.993
Superior	0.422	< 2e-16 ***	1.525	1.296	< 2e-16 ***	3.656
Indústria, Comércio, Serviços	-0.340	< 2e-16 ***	0.712	0.198	< 2e-16 ***	1.219
Previdência	0.348	< 2e-16 ***	1.416	0.540	< 2e-16 ***	1.717
Pobretrab	-0.095	1.01e-06 **	0.909	-0.429	< 2e-16 ***	0.651
Norte	-0.578	< 2e-16 ***	0.561	-1.016	< 2e-16 ***	0.362
Sudeste	-0.010	0.544	0.990	0.665	< 2e-16 ***	1.945
Sul	-0.279	< 2e-16 ***	0.756	0.792	< 2e-16 ***	2.208
Centro – oeste	-0.807	< 2e-16 ***	0.446	-0.076	0.00103 **	0.927
Água	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-1.836	< 2e-16 ***	-	-0.977	< 2e-16 ***	-
Migrante	-0.305	< 2e-16 ***	0.737	-0.153	< 2e-16 ***	0.858
Masculino	-0.363	< 2e-16 ***	0.695	-0.323	< 2e-16 ***	0.724
Branco	0.018	9.76e-08 **	1.018	-0.014	0.0295 *	0.986
Urbano	3.352	< 2e-16 ***	28.572	3.205	< 2e-16 ***	24.662
Alfabetizado	0.356	< 2e-16 ***	1.428	0.239	< 2e-16 ***	1.269
Segundo grau	0.514	< 2e-16 ***	1.671	0.301	< 2e-16 ***	1.352
Superior	0.282	< 2e-16 ***	1.325	0.462	< 2e-16 ***	1.588
Indústria, Comércio, Serviço	0.429	< 2e-16 ***	1.535	0.308	< 2e-16 ***	1.361
Previdência	0.100	< 2e-16 ***	1.105	0.091	< 2e-16 ***	1.095
Pobretrab	-0.301	< 2e-16 ***	0.740	-0.020	0.063 .	0.980
Norte	-1.428	< 2e-16 ***	0.240	-1.659	< 2e-16 ***	0.190
Sudeste	0.392	< 2e-16 ***	1.481	-0.156	< 2e-16 ***	0.855

Sul	0.251	< 2e-16 ***	1.285	0.361	<2e-16 ***	1.435
Centro – Oeste	-0.406	< 2e-16 ***	0.666	-0.545	<2e-16 ***	0.580
	2000			2010		
Esgoto	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-0.747	<2e-16 ***	-	0.319	<2e-16 ***	-
Migrante	-0.048	0,0348 *	0.954	0.053	3.54e-05 ***	1.055
Masculino	-0.110	<2e-16 ***	0.896	-0.135	<2e-16 ***	0.874
Branco	0.349	<2e-16 ***	1.417	0.349	<2e-16 ***	1.417
Urbano	1.678	<2e-16 ***	5.353	1.432	<2e-16 ***	4.185
Alfabetizado	0.541	<2e-16 ***	1.717	0.492	<2e-16 ***	1.636
Segundo grau	0.846	<2e-16 ***	2.331	0.568	<2e-16 ***	1.765
Superior	0.917	<2e-16 ***	2.502	1.343	<2e-16 ***	3.832
Indústria, Comércio, Serviço	0.315	<2e-16 ***	1.371	0.260	<2e-16 ***	1.298
Previdência	0.428	<2e-16 ***	1.533	0.317	<2e-16 ***	1.373
Pobretrab	-0.600	<2e-16 ***	0.549	-0.485	<2e-16 ***	0.616
Norte	0.339	<2e-16 ***	1.404	-0.364	<2e-16 ***	0.695
Sudeste	0.499	<2e-16 ***	1.647	0.224	<2e-16 ***	1.250
Sul	1.204	<2e-16 ***	3.333	1.103	<2e-16 ***	3.013
Centro – Oeste	1.149	<2e-16 ***	3.155	1.378	<2e-16 ***	3.968
	2000			2010		
Lixo	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-3.349	<2e-16 ***	-	-1.775	<2e-16 ***	-
Migrante	-0.184	<2e-16 ***	0.832	-0.028	0.0385 *	0.972
Masculino	-0.543	<2e-16 ***	0.581	-0.521	<2e-16 ***	0.594
Branco	0.303	<2e-16 ***	1.354	0.305	<2e-16 ***	1.356
Urbano	4.221	<2e-16 ***	68.121	4.038	<2e-16 ***	56.714
Alfabetizado	0.542	<2e-16 ***	1.719	0.486	<2e-16 ***	1.626
Segundo grau	0.882	<2e-16 ***	2.416	0.503	<2e-16 ***	1.653
Superior	0.727	<2e-16 ***	2.068	0.989	<2e-16 ***	2.689
Indústria, Comércio, Serviço	0.715	<2e-16 ***	2.045	0.752	<2e-16 ***	2.121
Previdência	0.294	<2e-16 ***	1.342	0.148	<2e-16 ***	1.160
Pobretrab	-0.742	<2e-16 ***	0.476	-0.607	<2e-16 ***	0.545
Norte	-0.471	<2e-16 ***	0.624	-0.437	<2e-16 ***	0.646
Sudeste	1.126	<2e-16 ***	3.084	0.821	<2e-16 ***	2.274
Sul	1.138	<2e-16 ***	3.121	0.990	<2e-16 ***	2.691
Centro – Oeste	0.647	<2e-16 ***	1.911	0.159	<2e-16 ***	1.173

Significância: '\*\*\*\*' 0,001; '\*\*\*' 0,01; '\*\*' 0,05; '.' 1.

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

A migração familiar é, em sua maioria, de pessoas em busca de melhores oportunidades e que podem inicialmente assumir um ônus elevado nos locais de destino. Nas grandes cidades, as favelas são as principais áreas de residência. Nessas áreas, ainda é possível que a maioria resida em condições mais precárias que a dos não migrantes. Nesse aspecto, é possível perceber que a binária para as regiões apresentou sinal negativo, o que significa dizer que as chances de um residente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste morar em um

domicílio sem atendimento de serviços de energia elétrica são maiores que a de um residente no Nordeste do país.

No que concerne às demais variáveis de controle, registra-se que as chances de residir em domicílios com energia elétrica são maiores para responsáveis pelos domicílios que se declararam brancos, que moram em áreas urbanizadas, são alfabetizados, têm ensino médio ou superior completo e são contribuintes de instituto de previdência oficial no trabalho principal ou em outros trabalhos. As chances se reduzem para responsáveis pelos domicílios do sexo masculino. Em 2010, ser do sexo masculino e ser pobre no trabalho reduzem as chances de residir em domicílios com serviço de energia elétrica. São as características clássicas já discutidas amplamente na literatura nacional e internacional (SILVA FILHO *et al.*, 2019).

No que se refere ao serviço de abastecimento de água, tanto em 2000 quanto em 2010, o fato de o responsável pelo domicílio ser migrante reduz as chances de acesso. O sinal do coeficiente é negativo em ambos os anos: -0.305 em 2000 e -0.153 em 2010. Ou seja, pelo *odds ratio* (colunas 4 e 7 da Tabela 2), é possível observar que as razões de chances, embora menores para os migrantes, reduzem-se no período intercensitário. No primeiro ano, a razão de chances de acesso era aproximadamente 26% menor e se reduziu para aproximadamente 15% comparativamente aos não migrantes.

Apesar de serem menores do que as de um não migrante, as chances de um migrante intermunicipal brasileiro morar em domicílios com abastecimento de água, se reduziram ao longo da década, como mostra o valor assumido pelo coeficiente, bem como as razões de chances (*odds ratio*) (isso pode resultar de um evento sazonal ao tempo da pesquisa, uma vez que houve, no geral, melhora em indicadores socioeconômicos ao longo dos anos). Além disso, se o responsável pelo domicílio é do sexo masculino e pobre no trabalho, também se reduzem as chances de residir em domicílios atendidos por este tipo de serviço. Porém, se for branco, morar em área urbanizada, alfabetizado, com ensino médio ou superior completo e trabalhar na indústria, comércio ou serviços, pagar previdência oficial e residir no Sudeste e Sul, aumentam-se as chances.

No que se refere às chances de residir em domicílios com esgotamento sanitário, os coeficientes mudam o sinal para os migrantes. No primeiro ano (2000), se o responsável pelo domicílio se declarou migrante, reduziam-se as chances em aproximadamente 5%, comparada a um não migrante. Em 2010, ser migrante elevava as chances em aproximadamente 5%, em relação a um não migrante. Apesar do baixo valor assumido pelo coeficiente, é importante destacar a mudança de sinal da variável (coluna 5, estimativa de 2010). Além disso, tanto em 2000 quanto em 2010, as chances de residir em domicílios com serviço de abastecimento de esgoto se reduzem quando o responsável é do sexo masculino. Resultado semelhante foi registrado por Dill e Gonçalves (2012).

Adicionalmente, se for pobre no trabalho também as chances se reduzem. Se morar em área urbana; morar em municípios das regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-oeste, comparativamente aos residentes no Nordeste; ser alfabetizado ou tiver ensino médio ou superior completo; trabalhar na indústria, comércio ou serviços; e ser contribuinte de instituto de previdência oficial aumentam as chances de residir em domicílios com atendimento de esgotamento sanitário. Ou seja, as características socioeconômicas estão

diretamente relacionadas às condições de moradia. Se for escolarizado, trabalhar e pagar previdência, estar ocupado em setores dinâmicos de atividade econômica (indústria, comércio e serviços), as chances de acesso são maiores; por outro lado, se for pobre no trabalho tem menores chances de acesso.

Em relação ao serviço domiciliar de coleta de lixo, os resultados da regressão logística indicam, tanto para o ano 2000 quanto para 2010, que ser migrante reduz as chances de residir em domicílio com atendimento de tal serviço, quando comparado a um não migrante. No primeiro ano, o valor do coeficiente era de -0.184 e -0.028 no último ano. Pelo *odds ratio* as chances de um migrante ter acesso a tal serviço no domicílio é aproximadamente 17% menor que a de um não migrante no primeiro ano e de aproximadamente 3% no segundo ano. Ou seja, as diferenças de acesso quase desaparecem do primeiro ao último ano em comparação.

Além disso, ser do sexo masculino e ser pobre no trabalho também reduz as chances de residir em domicílio com atendimento de coleta de lixo. Por outro lado, residir em áreas urbanizadas; nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; ser branco; ser alfabetizado ou ter ensino médio ou superior completo; trabalhar na indústria no comércio ou nos serviços, bem como ser contribuinte de instituto oficial de previdência social, aumentam as chances de residir em domicílios com coleta de lixo.

Pelos resultados apresentados na Tabela, é possível ver que, tanto em 2000 quanto em 2010, ser um responsável pelo domicílio migrante intermunicipal reduz as chances de ter acesso a serviços básicos de infraestrutura domiciliar no Brasil. Quando se trata da migração de data fixa de responsáveis pelos domicílios, tem-se que as oportunidades de acesso se reduzem quando comparado a um não migrante. Somente no acesso a atendimento de esgotamento sanitário, e no ano de 2010, registraram-se maiores chances para os migrantes, em relação aos não migrantes. Pelas dimensões dos coeficientes, ainda é possível inferir que as disparidades de acesso entre migrantes e não migrantes são substancialmente elevadas, apesar de se reduzirem ao longo dos anos.

## 5.2 – Dimensão de capital humano<sup>1</sup>

Na dimensão do capital humano, os dados da Tabela 3 mostram que as características socioeconômicas dos indivíduos relacionam-se sobremaneira com o desempenho do capital humano nacional. Tanto no que se refere a ser alfabetizado, quanto a ter segundo grau ou ensino superior completo, os resultados dos coeficientes são positivos e elevam-se quando comparado o primeiro ao segundo ano, com exceção da variável segundo grau. Ou seja, ser migrante intermunicipal aumenta as chances de ser mais escolarizado em relação a um não migrante no tempo e nos espaços estudados, dado que é constatado na literatura que há, de fato, maior investimento em migração, via maior escolarização dos migrantes brasileiros (MACIEL; HERMETO, 2011; GAMA; MACHADO, 2014; SILVA FILHO *et al.*, 2019). No primeiro ano (2000), as razões de chances elevavam-se em aproximadamente 19%; e, no segundo ano (2010), elevam-se para aproximadamente 35% a

---

<sup>1</sup> Nessa subseção, pertinente destacar que o que se está analisando são os padrões de associação, e não as relações de causa e efeito.

favor dos responsáveis pelos domicílios que se declararam migrantes relativamente às chances de serem eles alfabetizados.

Tabela 3: Regressão Logística binária dimensão capital humano nos municípios brasileiros - 2000/2010

Alfabetizado	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-0.135	<2e-16 ***	-	0.729	<2e-16 ***	-
Migrante	0.171	<2e-16 ***	1.186	0.301	<2e-16 ***	1.351
Masculino	-0.122	<2e-16 ***	0.885	-0.439	<2e-16 ***	0.644
Branco	0.621	<2e-16 ***	1.861	0.604	<2e-16 ***	1.829
Urbano	0.753	<2e-16 ***	2.124	0.693	<2e-16 ***	2.000
Indústria, Comércio, Serviço	0.881	<2e-16 ***	2.413	0.844	<2e-16 ***	2.327
Previdência	0.902	<2e-16 ***	2.464	0.754	<2e-16 ***	2.126
Pobretrab	-0.824	<2e-16 ***	0.439	-0.872	<2e-16 ***	0.418
Norte	0.684	<2e-16 ***	1.981	0.655	<2e-16 ***	1.924
Sudeste	1.092	<2e-16 ***	2.980	1.045	<2e-16 ***	2.842
Sul	1.458	<2e-16 ***	4.299	1.382	<2e-16 ***	3.982
Centro – Oeste	0.991	<2e-16 ***	2.694	0.871	<2e-16 ***	2.390
Segundo Grau	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-4.022	<2e-16 ***	-	-2.324	<2e-16 ***	-
Migrante	0.327	<2e-16 ***	1.387	0.241	<2e-16 ***	1.273
Masculino	-0.422	<2e-16 ***	0.656	-0.410	<2e-16 ***	0.664
Branco	0.868	<2e-16 ***	2.382	0.275	<2e-16 ***	1.317
Urbano	1.721	<2e-16 ***	5.591	0.957	<2e-16 ***	2.603
Indústria, Comércio, Serviço	0.628	<2e-16 ***	1.873	0.562	<2e-16 ***	1.753
Previdência	1.280	<2e-16 ***	3.595	0.488	<2e-16 ***	1.629
Pobretrab	-1.871	<2e-16 ***	0.154	-1.039	<2e-16 ***	0.354
Norte	0.018	0.0144 *	1.018	0.114	<2e-16 ***	1.121
Sudeste	0.128	<2e-16 ***	1.137	-0.129	<2e-16 ***	0.879
Sul	-0.145	<2e-16 ***	0.865	-0.173	<2e-16 ***	0.841
Centro – Oeste	0.057	<2e-16 ***	1.059	-0.077	7.06E-16 ***	0.926
Superior	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-6.555	<2e-16 ***	-	-5.248	<2e-16 ***	-
Migrante	0.323	<2e-16 ***	1.381	0.652	<2e-16 ***	1.920
Masculino	-0.361	<2e-16 ***	0.697	-0.468	<2e-16 ***	0.627
Branco	1.402	<2e-16 ***	4.062	1.024	<2e-16 ***	2.785
Urbano	2.368	<2e-16 ***	10.678	1.784	<2e-16 ***	5.954
Indústria, Comércio, Serviço	-0.055	<2e-16 ***	0.946	0.183	<2e-16 ***	1.201
Previdência	1.699	<2e-16 ***	5.469	1.451	<2e-16 ***	4.269
Pobretrab	-2.399	<2e-16 ***	0.091	-1.673	<2e-16 ***	0.188
Norte	-0.202	<2e-16 ***	0.817	0.108	<2e-16 ***	1.114

Sudeste	0.304	<2e-16 ***	1.356	0.265	<2e-16 ***	1.303
Sul	-0.168	<2e-16 ***	0.845	-0.046	0.000771***	0.955
Centro – Oeste	0.075	1.92E-11 *	1.078	0.200	<2e-16 ***	1.222

Significância: '\*\*\*\*' 0,001; '\*\*\*' 0,01; '\*\*' 0,05; '.' 1.

Fonte: elaboração do Autor a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e 2010

O valor do coeficiente para ensino superior mais que dobra de 2000 para 2010. Esses resultados destacam maior nível de escolaridade superior entre os migrantes, o que já foi apontado em outros estudos (MACIEL; HERMETO, 2011; GAMA; MACHADO, 2014). Ou seja, quando comparado com pares, os migrantes têm maiores chances de serem escolarizados entre si, comparativamente a um não migrante. Pela *odds ratio* (colunas 4 e 7 da Tabela 3) os migrantes tiveram uma chance de ter curso superior 38% maior no primeiro ano e 92% no segundo. Ou seja, o *gap* além de já ser acentuado, ainda se eleva no período intercensitário.

Ademais, pelos resultados registra-se que, tanto em 2000 quanto em 2010, ser do sexo masculino e ser pobre no trabalho reduz as chances de ser um indivíduo alfabetizado. Ou seja, há uma relação direta entre a condição de pobreza no trabalho e os baixos índices de escolaridade, revelando ser a educação um importante condicionante à superação da pobreza. Por outro lado, ser de raça/cor branca; residir em área urbanizada; nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, comparativamente ao Nordeste, trabalhar na indústria, no comércio ou nos serviços; e ser contribuinte de instituto oficial de previdência elevam as chances de ser um responsável pelo domicílio alfabetizado.

Outrossim, as chances de um responsável pelo domicílio nos municípios brasileiros ter concluído o ensino médio, tanto em 2000 quanto em 2010, dependiam das mesmas características socioeconômicas. Se for homem; pobre no trabalho residente na região Sul do país reduzem-se as chances em comparação aos seus pares; por outro lado, morar em área urbana; ser banco; trabalhar no setor industrial de comércio ou serviço; ser contribuinte de instituto oficial de previdência elevam-se as chances de ter concluído o ensino médio.

Igualmente, as chances de um responsável pelo domicílio ter ensino superior nos municípios brasileiros variam positivamente entre os residentes em áreas urbanas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste; ocupados na indústria, comércio ou serviços; contribuintes de instituto de previdência oficial. Ou seja, a maior escolaridade está associada a melhores retornos na inserção e na ocupação, sendo um importante indicador de inserção na formalidade no mercado de trabalho. De outra forma, ser do sexo masculino e pobre no trabalho reduzem-se as chances de um responsável pelo domicílio ter curso superior, tanto no ano 2000 quanto no de 2010, nos municípios brasileiros.

### 5.3 – Dimensão de mercado de trabalho

Na dimensão mercado de trabalho, ser responsável pelo domicílio migrante intermunicipal reduz as chances de estar ocupado (em 2010), de ser contribuinte de instituto oficial de previdência social e de estar ocupado na indústria, comércio ou serviços, tanto no primeiro quanto no último ano analisado. Ou seja, apesar de ser parte de um grupo que investe em migração e apresenta maior capital humano (nesse caso, serem mais

escolarizados), este grupo tende a se inserir em situação mais vulnerável no mercado de trabalho.

No que se refere às chances de um responsável pelo domicílio estar ocupado no Brasil, pelas demais variáveis de controle, os dados da Tabela 4 mostram que: ser do sexo masculino; residir em área urbanizada; no Sudeste, Sul e Centro-oeste, comparativamente aos residentes no Nordeste; ser alfabetizado ou ter segundo grau completo aumentam as chances de estar ocupado no ano 2000. Em 2010, ser do sexo masculino; de raça/cor branca; ter segundo grau ou curso superior completo; residir em qualquer região do país, comparativamente ao Nordeste, elevam-se as chances de estar ocupado.

Tabela 4: Regressão Logística binária para a dimensão mercado de trabalho nos municípios Brasileiros - 2000/2010

Ocupado	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	1.427	0,043*	-	3.735	<2e-16 ***	-
Migrante	0.112	< 2e-16 ***	1.118	-0.425	<2e-16 ***	0.654
Masculino	0.132	< 2e-16 ***	1.142	1.049	<2e-16 ***	2.854
Branco	-0.014	0.004 **	0.986	0.267	<2e-16 ***	1.307
Urbano	1.184	< 2e-16 ***	3.267	-1.122	<2e-16 ***	0.326
Alfabetizado	0.256	< 2e-16 ***	1.291	-0.051	5.46e-09 ***	0.950
Segundo grau	0.207	< 2e-16 ***	1.230	0.023	0.00078 ***	1.023
Superior	-0.164	0,000***	0.849	0.761	<2e-16 ***	2.141
Pobredom	-0.006	0.275	0.994	-2.528	<2e-16 ***	0.080
Norte	-0.037	0.000 ***	0.964	0.043	2.29e-05 ***	1.044
Sudeste	0.591	< 2e-16 ***	1.805	0.013	0.056421 .	1.013
Sul	0.766	< 2e-16 ***	2.150	0.160	<2e-16 ***	1.173
Centro – Oeste	0.346	< 2e-16 ***	1.414	0.123	<2e-16 ***	1.131
Previdência	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio
(Intercepto)	-3.132	<2e-16 ***	-	-2.721	<2e-16 ***	-
Migrante	-0.419	<2e-16 ***	0.658	-0.366	<2e-16 ***	0.693
Masculino	0.412	<2e-16 ***	1.510	0.384	<2e-16 ***	1.469
Branco	0.413	<2e-16 ***	1.511	0.341	<2e-16 ***	1.407
Urbano	0.197	<2e-16 ***	1.218	0.148	<2e-16 ***	1.160
Alfabetizado	0.666	<2e-16 ***	1.946	0.528	<2e-16 ***	1.695
Segundo grau	0.959	<2e-16 ***	2.609	0.738	<2e-16 ***	2.091
Superior	0.852	<2e-16 ***	2.345	1.664	<2e-16 ***	5.282
Pobredom	-0.951	<2e-16 ***	0.387	-0.912	<2e-16 ***	0.402
Norte	-0.097	<2e-16 ***	0.907	-0.123	<2e-16 ***	0.885
Sudeste	0.606	<2e-16 ***	1.834	0.448	<2e-16 ***	1.565
Sul	0.880	<2e-16 ***	2.410	0.763	<2e-16 ***	2.145
Centro – Oeste	0.136	<2e-16 ***	1.146	0.105	<2e-16 ***	1.110
Indústria, Comércio, Serviço	2000			2010		
	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio	Estimativa	Pr(>  z )	Odds Ratio

(Intercepto)	-2.578	<2e-16 ***	-	-3.094	<2e-16 ***	-
Migrante	-0.006	<2e-16 ***	0.994	-0.013	0.105	0.987
Masculino	0.449	<2e-16 ***	1.566	0.419	<2e-16 ***	1.520
Branco	0.268	<2e-16 ***	1.308	0.283	<2e-16 ***	1.327
Urbano	1.953	<2e-16 ***	7.052	1.790	<2e-16 ***	5.987
Alfabetizado	0.749	<2e-16 ***	2.115	0.706	<2e-16 ***	2.025
Segundo grau	0.743	<2e-16 ***	2.102	0.583	<2e-16 ***	1.791
Superior	-0.526	<2e-16 ***	0.591	0.460	<2e-16 ***	1.585
Pobredom	-0.536	<2e-16 ***	0.585	-0.510	<2e-16 ***	0.601
Norte	-0.023	1.31e-06 ***	0.977	-0.036	3.99e-05 ***	0.964
Sudeste	-0.352	<2e-16 ***	0.703	-0.352	<2e-16 ***	0.703
Sul	-0.503	<2e-16 ***	0.605	-0.457	<2e-16 ***	0.633
Centro – Oeste	-0.440	<2e-16 ***	0.644	-0.313	<2e-16 ***	0.731

Significância: '\*\*\*\*' 0,001; '\*\*\*' 0,01; '\*\*' 0,05; '.' 1.

Fonte: elaboração do Autor a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e 2010

No que se refere ao fato de ser contribuinte de algum instituto de previdência oficial, observa-se que as chances se reduzem para responsáveis pelos domicílios pobres e residentes no Norte do país. Em 2010, são as mesmas características que influenciam a redução das chances registradas em 2000, mudando-se somente a intensidade. De outra forma, apresentam maiores chances de ser contribuinte de instituto de previdência oficial os responsáveis pelos domicílios homens, brancos, residentes em áreas urbanas; alfabetizados ou com ensino médio ou superior completo.

Os dados também mostram que ser do sexo masculino, morar em área urbanizada e ser alfabetizado ou ter segundo grau completo ou ensino superior eleva a chance de um responsável pelo domicílio desenvolver suas atividades laborais nos setores de atividade industrial, comercial e de serviços, ao passo que residir em domicílios pobres, nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste reduzem-nas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a desigualdade de acesso a serviços e oportunidades de trabalho em três dimensões de natureza socioeconômica nos municípios brasileiros e suas possíveis relações com a dinâmica migratória, considerando as seguintes dimensões: condições de residência, chance de acesso a serviços básicos, formação de capital humano e mercado de trabalho. O trabalho utilizou dados de responsáveis pelos chefes de domicílios migrantes e não migrantes residentes nos municípios brasileiros nos anos de 2000 e de 2010.

Com relação ao acesso, os resultados mostram que as chances de um migrante responsável pelo domicílio ocupar uma residência com atendimento de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário são menores em comparação com as de um não migrante, tanto em 2000 quanto em 2010, apesar da ligeira melhora na razão entre as chances de acesso de 2010 para 2000, mesmo diante de um quadro de melhora em indicadores socioeconômicos quando comparado o primeiro ao

último ano da análise. Destaque-se que somente para o atendimento no serviço de esgotamento sanitário, e no ano de 2010, as chances de acesso por um migrante eram levemente maiores que as de um não migrante.

No que diz respeito ao capital humano nos municípios brasileiros, os migrantes intermunicipais estavam associados a maiores níveis de escolaridade comparativamente aos não migrantes. As chances de um responsável pelo domicílio migrante ser alfabetizado, ter segundo grau completo ou ter ensino superior eram maiores do que as chances de um não migrante tanto no primeiro quanto no último ano em análises. Assim, apesar das disparidades e das menores chances no acesso a serviços básicos nos domicílios brasileiros ocupados por migrantes, as chances de serem eles melhor escolarizados são maiores que as dos não migrantes em ambos os anos em apreço. Para as variáveis “ser alfabetizado” e ter “cursos superior completo”, os coeficientes são maiores no ano de 2010, quando comparado ao ano 2000. Ou seja, crescem no período intercensitário.

No que se refere ao mercado de trabalho, as chances de um migrante responsável pelo domicílio estar ocupado eram menores em 2010 em comparação com um não migrante. Além disso, as chances de um responsável pelo domicílio migrante ser contribuinte de instituto oficial de previdência no trabalho principal ou em outro trabalho eram menores em relação a um não migrante. Apesar da redução do valor do coeficiente, ser um migrante em 2010 ainda implicava na redução das chances de ter seguridade social no trabalho em relação a não um migrante, mesmo o migrante tendo chance maior de ser mais escolarizado.

Já no que se refere a estar ocupado na indústria, comércio ou serviços, apesar do baixo valor dos coeficientes, tanto em 2000 quanto em 2010, o sinal aponta no sentido de que os responsáveis pelos domicílios migrantes têm menores chances do que um não migrante.

Nesse sentido, fica evidenciado que os migrantes sentem-se atraídos pelas melhores condições socioeconômicas, e que isso pode resultar na intensa dinâmica migratória intermunicipal brasileira em ambos os anos estudados. Mas quando o migrante chega aos municípios localizados nas melhores regiões do país, ainda assim se insere de maneira mais vulnerável comparativamente a um não migrante, quando se considera os chefes de domicílios. No que diz respeito às limitações do estudo, destaque-se que esta análise foi feita considerando os chefes de domicílios e a migração de data fixa, o que limita o migrante em sua totalidade e o tempo de permanência do migrante no local de destino a cinco anos. Assim sendo, pode ser que isso não reflita na melhora de vida destes migrantes nos locais de destino nesse curto espaço de tempo. Pesquisas futuras poderão considerar todos os migrantes e não migrantes, sem limitar o tempo de migração e permanência dos mesmos nos locais de destino.

## 7. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. (2000). **Nordeste, Nordeste: que Nordeste? Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**, Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- BORJAS, G. J. (1996). **Labor economics**, Massachusetts: McGraw-Hill, 1996.
- BRITO, F. (2006). O deslocamento da população brasileira para as metrópoles, **Revista Estudos Avançados**, v, 20, n, 57, p,221-236, 2006.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.
- CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. (2012). O Papel da Migração Interna na Convergência de Rendimentos do Trabalho no Brasil, no Período de 1994 a 2009, **Revista Economia**, Brasília (DF), v,13, n,1, p,131-147, jan/abr 2012.
- CANÇADO, J. P. (1999). Migrações e Convergência no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro v. 53, nº 2: p. 211-236, abr./ jun. 1999.
- CAVALCANTI, D. M.; RAMOS, F. de S.. (2015). **Igualdade de Oportunidade nas Regiões Brasileiras: um estudo de sua evolução e composição, no período de 2002 a 2012**. In: 43º Encontro Nacional de Economia, 2015, Florianópolis. XLIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC. **Anais...**, 2015.
- DILL, H. C.; GONÇALVES, F. de O. (2012). Igualdade de Oportunidades no Brasil entre 1999 e 2009: estimação e decomposição através do valor de Shapley. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**. Brasília, vol. 42, n.2, 2012.
- DINIZ, C. C. (2001). **A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil, Texto para discussão**, Nº 159, CEDEPLAR/UFMG, 2001.
- FREGUGLIA, R. S. (2007). **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- FREGUGLIA, R. S.; MENEZES FILHO, N. A. (2012). Inter-regional wage differentials with individual heterogeneity: evidence from Brazil, **Ann Reg Sci** (2012) 49:17-34.
- GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. (2014). Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.
- GAUDEMAR, J. P. (1977). **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**, Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOLGHER, A. B. (2006). **Diagnóstico do processo migratório no Brasil 4: migração entre municípios**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (**Textos para discussão**, 285).

GUIMARÃES NETO, L. (1997). Desigualdade e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos, **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, Nº 15, 1997.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. (1980). **Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores**, In: MOURA, H. A. (Org.), Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise, Fortaleza: BNB, tomo 1, 1980, p, 173-209.

LEE, E. S. (1980). **Uma teoria sobre a migração**, In: MOURA, H. A. (org), Migração interna: textos selecionados, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

LIMA, L. C.; VALE, A. L. F. (2001). Migração e mudança social: influência do migrante do sertão nordestino no Norte do Brasil. **Revista Scripta Nova**, Nº 94, (82), 2001.

LIMA, A. C. da C.; HERMETO, A. M.; SIMÕES, R. (2011). **Migração e inserção no mercado de trabalho: uma abordagem multinomial para a população economicamente ativa do Brasil**. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais ...**, Foz do Iguaçu, 2011.

LIMA, E. E. C. de; BRAGA, F. G. (2013). Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2013.

MAIA, A. G. (2013). Estrutura de ocupações e distribuição De rendimentos: uma análise da Experiência brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 276-301, mai-ago/2013.

MAIA, A. G.; QUADROS, W. J. (2009). Tipologia municipal de classes sócio-ocupacionais: uma nova dimensão para análise das desigualdades territoriais no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 47, p. 397-428, n. 2009.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. (2011). **A migração interna e seletividade: Uma aplicação para o Brasil**. In: Anais do Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu, Paraná, **Anais...**, 2011.

MARTINE, G; CAMARGO, L. (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, Abep, v. 1, n. 2, p. 99-143, jan./dez. 1984.

MARTINE, G. (1987). Migração e metropolização, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v, 1, n, 2, p, 28-31, jul./set, 1987.

MARTINE, G. (1990). Brazil, In: CHARLES B. N.; WILLIAM J. **International Handbook of Internal Migration**, 1990.

MATA, D. da; OLIVEIRA, C. W. de; PIN; C.; RESENDE, G. M. (2007). Quais características das cidades determinam a atração de migrantes qualificados? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v, 38, nº 3., 2007.

MATOS, R. E. S. (2002). A contribuição dos migrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo, **Revista Brasileira de Estudos de População**, v, 19, n, 1, p, 49-72, 2002.

MYRDAL, G. (1956), **Economic theory and the underdeveloped regions**, London, 1956.

NETTO JÚNIOR, J. L. da S.; PORTO JUNIOR, S. da S.; FIGUEIRÊDO, E. A. de. (2008). Migração e distribuição de capital humano no Brasil: mobilidade intergeracional educacional e intrageracional de renda, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, nº 4, out-dez, 2008.

OLIVEIRA, K. F. de; JANNUZZI, P. de M. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva** (Impresso), v. 19, p. 134-143, n. 2005.

PACHECO, C. A.; PATARRA. N. (1997). **Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?** Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da População – ABEP, **Anais...**, Curitiba, 1997.

PACHECO, C. A. (1998). **Fragmentação da nação**, (Tese de Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998.

SAWYER, D. R. (1984). Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio da interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v 1, nº 2, dez, 1984.

QUEIROZ, S. N. de.; BAENINGER, R. A. (2013). Migração de retorno: o caso recente das migrações cearenses. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 833-850, 2013.

SANTOS JUNIOR, E. R. (2002). **Migração e seleção: o caso do Brasil**, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro, 2002.

SINGER, P. (1980). **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**, In: MOURA, H, A, (org), Migração interna: textos selecionados, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

SJAASTADE, L. A. (1980). **Os custos e os retornos da migração**, In: MOURA, H, A, (org), Migração interna: textos selecionados, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

TAYLOR, J. E. (1999). The new economics of labor migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration**, 37:63-88, 1999.

TODARO, M. P. (1980). **A migração de mão de obra e o desemprego urbano em países desenvolvidos**, In: MOURA, H, A, (org), Migração interna: textos selecionados, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

VASCONCELLOS, I, R, P.; RIGOTTI, J. I. R. (2005). **Migrações entre os municípios brasileiros, a partir das informações dos censos demográficos de 1991 e 2000**, In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro, In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, **Anais...**, Campinas: ABEP, 2005, v, 3, p, 1-19.